

ESSENCIAL CELSO FURTADO

*Organização, apresentação e notas de
ROSA FREIRE D'AGUIAR*

*Prefácio de
CARLOS BRANDÃO*



Copyright © 2013 by Espólio de Celso Furtado
Copyright da apresentação e das notas © 2013 by Rosa Freire d'Aguiar
Copyright do prefácio © 2013 by Carlos Brandão

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico
da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Penguin and the associated logo and trade dress
are registered and/or unregistered trademarks
of Penguin Books Limited and/or
Penguin Group (USA) Inc. Used with permission.

Published by Companhia das Letras in association
with Penguin Group (USA) Inc.

CAPA E PROJETO GRÁFICO PENGUIN-COMPANHIA
Raul Loureiro, Claudia Warrak

FOTO DE CAPA
© Alécio de Andrade, ADAGP, Paris

PREPARAÇÃO
Andressa Bezerra Corrêa

REVISÃO
Huendel Viana
Jane Pessoa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Essencial Celso Furtado / organização, apresentação e
notas de Rosa Freire d'Aguiar. — 1^ª ed. — São Paulo: Penguin
Classics Companhia das Letras, 2013.

ISBN 978-85-63560-71-1

1. Condições econômicas 2. Desenvolvimento econômico 3. Política econômica 4. Furtado, Celso, 1920-2004 I.
D'Aguiar, Rosa Freire II. Brandão, Carlos.

13-04515

CDD-330.9

Índice para catálogo sistemático:
1. História econômica 330.9

[2013]

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORAR SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32
04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500 Fax: (11) 3707-3501
www.penguincompanhia.com.br
www.companhiadasletras.com.br
www.blogdacompanhia.com.br

Sumário

Apresentação — Rosa Freire d'Aguiar	7
Prefácio — Carlos Brandão	19
ESSENCIAL CELSO FURTADO	
TRAJETÓRIAS	
Aventuras de um economista brasileiro	35
Entre inconformismo e reformismo	53
A Comissão Econômica para a América Latina	84
O verdadeiro desenvolvimento	107
PENSAMENTO ECONÔMICO	
<i>Teoria</i>	
Elementos de uma teoria do subdesenvolvimento	113
Interação entre decisões e estruturas	141
Alienação do poder econômico	153
O mito do desenvolvimento econômico	167
Subdesenvolvimento e dependência:	
as conexões fundamentais	176
O desenvolvimento do ponto de vista interdisciplinar	197
A crise econômica contemporânea	236
O subdesenvolvimento revisitado	251
A superação do subdesenvolvimento	276
<i>História</i>	
Os mecanismos de defesa e a crise de 1929	287
A estrutura agrária no subdesenvolvimento brasileiro	298

PENSAMENTO POLÍTICO	
A Operação Nordeste	337
O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento	362
Nova concepção do federalismo	377
Reflexões sobre a pré-revolução brasileira	386
Obstáculos políticos ao crescimento brasileiro	405
O novo quadro internacional	428
Para onde caminhamos?	435
Globalização e identidade nacional	439
Metamorfose do capitalismo	450
CULTURA, CIÊNCIA, ECONOMISTAS	
Acumulação e criatividade	461
Reflexões sobre a cultura brasileira	473
Ciência para quê e para quem?	482
A responsabilidade dos cientistas	488
A formação do economista em país subdesenvolvido	494
Objetividade e ilusionismo em economia	501
Tábua de matéria sugerida	508
<i>Cronologia</i>	521

TRAJETÓRIAS

Aventuras de um economista brasileiro*

O Nordeste brasileiro, onde nasci e vivi até os vinte anos, constitui o mais antigo núcleo de povoamento do Brasil. Após uma fase de prosperidade que se estende pelos séculos XVI e XVII, a região conhece um longo declínio, o que explica que as estruturas sociais aí sejam mais rígidas que em qualquer outra área do país. Já nos começos do século XVIII, a descoberta do ouro e dos diamantes nas Minas Gerais retirava à região sua preeminência econômica; na metade desse século, a capital é transferida da Bahia para o Rio de Janeiro, o que significou a perda da preeminência política. No século XIX, acelera-se o declínio relativo e, finalmente, no século XX a região seria transformada em simples área dependente, produtora de matérias-primas para as indústrias instaladas no sul do país.

Na minha infância, no sertão, a família ampliada constituía o quadro básico de formação do indivíduo. A política absorvia parte importante da vida dos chefes de grandes famílias. Mas essa atividade política só remotamente estava ligada ao que ocorria no país: ela consis-

* Publicado originalmente em francês: “Aventures d'un économiste brésilien”, *Revue Internationale de Sciences Sociales*, Paris, Unesco, v. XXV, n. 1/2, 1973. (Todas as notas indicadas com asterisco são da organizadora do volume.)

tia essencialmente em rivalidades e conflitos, com apelo corrente à violência, entre famílias e grupos de famílias locais. As incursões de cangaceiros eram frequentes. As histórias de violências, relacionadas a pessoas conhecidas e não simples mitologia, povoaram minha infância. Essas violências referiam-se mais a atos de arbitrariedade, prepotência e crueldade que a gestos de heroísmo à *western*.

Esse mundo dos homens, em que poder e arbitrariedade estavam sempre mais juntos que separados, compunha com a natureza circundante um quadro harmonioso. O clima da região é extremamente peculiar: a chuva chega em quantidade relativamente grande (para uma região semiárida) e em época precisa, provocando brusca metamorfose no mundo exterior. Mas a vinda da chuva é incerta, e entre a abundância e a mais total miséria a distância é mínima, dependendo de um golpe da *fatalidade*. Esse golpe ocorreu duas vezes nos cinco anos que antecederam ao meu nascimento (em 1915 e em 1919), com funestas consequências para a família de minha mãe. As histórias dessas secas, nas quais se entremeiam a violência do mundo físico e as arbitrariedades dos homens, povoam o meu espírito na primeira infância. Também ocorria de as chuvas chegarem com violência excessiva. Aos quatro anos, escapei por pouco (cheguei a ficar alguns meses de cama, com queimaduras) do incêndio havido em nossa casa em consequência de um desmoronamento provocado pela enchente.

Nesse mundo marcado pela incerteza e pela brutalidade, a forma mais corrente de afirmação consistia em escapar para o sobrenatural. Os grandes milagreiros existiam não somente como legenda, mas também como presença. Não longe de onde morávamos, reinava o padre Cícero, cujos milagres atraíam legiões de peregrinos. De forma mais imediata, existia a necessidade de se estar ligado a um chefe político, sem o que um mínimo de segurança pessoal era praticamente inconcebível.

Esse chefe, por seu lado, respondia a outro, em nível da região, o que o ligava indiretamente a um terceiro, no âmbito do estado, e finalmente a alguém de expressão nacional. Assim, a necessidade de segurança pessoal, local, levava cada indivíduo a tomar posição, automaticamente, com respeito a toda a organização nacional, da qual quase nenhuma informação possuía. Por outro lado, a obediência no plano local era absoluta, pois a única possibilidade de escapar à tutela do *chefe* era *trair* o seu próprio grupo, passando-se para o *inimigo*.

Quando eu tinha oito anos, surgiu um chefe político no estado (já então minha família se trasladara para a capital), que convulsionou profundamente a vida de toda a comunidade. No espírito da população, esse político — João Pessoa — fundia as imagens do *chefe* e do *milagreiro*. Dirigindo-se ao povo como se fora seu protetor e passando por cima de todos os formalismos legais, conseguiu ele mobilizar a população de forma só comparável aos movimentos religiosos. Eu ouvia crédulo, das domésticas de minha casa, as histórias desse homem que se disfarçava “numa pessoa qualquer” para praticar o bem nos bairros mais humildes. O assassinio brutal desse homem (exatamente no dia em que eu completava os meus dez anos) provocou uma tal angústia coletiva que ainda hoje não posso me recordar sem me emocionar. Várias vezes acompanhei aquelas domésticas em longas procissões pelas ruas da cidade, seguindo um andor sobre o qual ia uma fotografia de João Pessoa de corpo inteiro. Creio que no espírito do povo havia mais tristeza do que revolta. A perplexidade diante de forças que pairam por cima de tudo e uma resignação que raia ao masoquismo e se traduz na frase “alegria de pobre não pode durar” foram as impressões mais profundas que me ficaram das conversas que ouvia ao acompanhar essas procissões.

Esses dados quiçá possam explicar a formação em meu espírito de certos elementos que considero como invari-

tes, dos quais dificilmente eu poderia libertar-me sem correr o risco de desestruturar minha própria personalidade. Esses elementos se manifestam na forma de ideias-força, que enquadram meu comportamento na ação e também minha atividade intelectual criadora. A primeira dessas ideias é a de que a arbitrariedade e a violência tendem a dominar no mundo dos homens. A segunda é a de que a luta contra esse estado de coisas exige algo mais que simples esquemas racionais. A terceira é a de que essa luta é como um rio que passa: traz sempre águas novas, ninguém a ganha propriamente e nenhuma derrota é definitiva.

A formação intelectual num pequeno mundo provinciano como o do Nordeste do Brasil não era nem boa nem ruim. Era, sim, atrasada pelo menos um quarto de século com respeito às áreas culturalmente dominantes na época. Refiro-me à formação intelectual do pequeno patriciado local, pois quatro quintos da população eram constituídos de analfabetos. Quiçá seja necessário ter em conta que meu pai vinha de uma família que tradicionalmente desempenhava funções públicas. Ele mesmo era juiz. Seu pai fora professor primário, e seu avô fora juiz na época do governo monárquico. Sendo homem sem fortuna pessoal, para manter sua independência como juiz, necessitava guardar distância de toda atividade política. A ideia de que um político era alguém sempre disposto a trapacear se me incutiu no espírito de forma indelével. Demais, ele era franco-maçom, o que em sua geração significava ser anticlerical e aberto a ideias novas. Graças a ele, desde minha infância li Swift, Defoe, R. L. Stevenson. E também graças a ele dispus de uma ampla biblioteca, o que me permitiu cultivar minha primeira paixão intelectual, a partir dos catorze anos, que foi a história.

Talvez convenha acrescentar que minha segunda paixão intelectual foi a literatura. Nos meus sete anos de curso secundário, a nenhuma matéria dediquei tanto tempo como ao latim. Seja porque as matérias científicas

cas eram ensinadas com muito menos habilidade, seja em razão de minha paixão pela história antiga e pela literatura, a verdade é que o latim se me afigurava como a chave que me permitiria o acesso a uma cultura superior. Progressivamente, fui me fixando na literatura, particularmente no estudo de autores de língua portuguesa. O interesse pela literatura foi duradouro e decisivo. Até os trinta anos, acreditei que minha forma de expressão natural seria a ficção literária e o meu primeiro livro (publicado aos 25 anos) foi uma coleção de contos. Explica-se, assim, que eu haja buscado um meio de vida no jornalismo, ao qual me dediquei desde os vinte anos, se bem que essa atividade em nada me atraísse. Já aos 23 anos me engajaria na função pública, seguindo a tradição familiar. Foi o contato com a função pública que me descontou uma problemática nova e me encaminhou finalmente para o estudo dos problemas sociais.

As influências intelectuais que sobre mim se exerceram estão presentes desde o ginásio. Para compreendê-las, é necessário ter em conta a grande efervescência intelectual que ocorre no Brasil no período posterior à Revolução de 1930, a qual encerra a era de total predomínio da oligarquia cafeeira. Entre esse ano e 1937, quando se implanta a ditadura de Vargas, o país conhece um debate amplo e pela primeira vez toma contato abertamente com as grandes correntes de ideias da época. Mas também é necessário ter em conta que, a partir de 1937, a repressão a toda atividade intelectual independente será total. As ideias absorvidas na fase anterior passam, assim, por um período de hibernação e de amadurecimento, o que, para uns, significaria sedimentação e triagem, e, para outros, endurecimento mental e cristalização dogmática.

Entre essas influências intelectuais exercidas desde cedo, identifico três correntes principais. Em primeiro lugar, está a positivista. É conhecida a profundidade e

a persistência da influência positivista no Brasil. Um militar reformado, da família de minha mãe, deixou em minha casa um conjunto de livros positivistas, aos quais tive acesso desde os quinze anos. A primazia da razão, a ideia de que todo conhecimento em sua forma superior se apresenta como *conhecimento científico*, a ligação entre conhecimento e progresso, tudo isso se impregnou em mim como evidente. O meu ateísmo, que cristalizara desde os treze anos, encontrou aí uma fonte de justificação e um motivo de orgulho.

A segunda linha de influência vem de Marx, como subproduto de meu interesse pela história. Foi lendo a *História do socialismo e das lutas sociais*, de Max Beer, que me dei conta pela primeira vez de que a busca de um *sentido* para a história era uma atividade intelectual perfeitamente válida. Na sociedade estratificada e parada do tempo em que eu vivia, a ideia de que as formas sociais são *históricas* — portanto, podem ser superadas — permitia ver o mundo com outros olhos. Essa ideia, ligada à do conhecimento como arma do progresso, que vinha do positivismo, compôs no meu espírito uma certa visão do homem em face da história. Essa ideia permitia superar o círculo fechado do fatalismo e do absurdo, e ao mesmo tempo desembocava numa responsabilidade moral.

A terceira linha de influência é a da sociologia norte-americana, em particular da teoria antropológica da cultura, com a qual tomei contato pela primeira vez por intermédio do livro de Gilberto Freyre, *Casa-grande e senzala*. Esse livro, lido aos dezessete anos, não somente permitia ver muitas coisas com olhos novos, mas também nos *atualizava*, isto é, nos punha em dia com o que se pensava no mundo intelectual em que se estava criando o conhecimento. Olhando retrospectivamente, vejo com clareza que o livro de Freyre pouco ou nada me influenciou no que respeita a sua mensagem substantiva, isto é, no que se refere à interpretação do processo

histórico brasileiro. Sua importância esteve em que nos revelou todo um instrumental novo de trabalho.

Essas influências, eu as absorvi, já na época de ginásio, de leituras mais ou menos ao acaso. Nenhum professor meu dessa época era positivista, marxista ou tinha um interesse direto na sociologia norte-americana. O estudante vive numa comunidade intelectual da qual muito pouco ou nada participam os professores. É dentro dessa comunidade que se formam as influências, mediante a circulação de publicações, a discussão de livros. O livro que é lido com paixão por um quase sempre tende a ser lido por outros. É por essa razão que, num país pobre, de escolas insuficientemente equipadas e professores de formação inadequada, a vida intelectual dos estudantes pode ser relativamente rica. O fundamental é que todos os estudantes tenham acesso à informação e que em torno deles exista um mundo aberto ao debate.

As três linhas de influência referidas persistiram e se entrelaçaram nos anos subsequentes de formação universitária no Rio de Janeiro e, posteriormente, em Paris. A influência direta de Marx se ampliou através da leitura dos livros de Karl Mannheim. A sociologia do conhecimento era uma forma de ligar a atividade intelectual do homem à história. Com efeito, o desejo de vincular a atividade intelectual criadora à história será o ponto de partida de meu interesse pelas ciências sociais. Já não se tratava de *ler* livros de ciências sociais, e sim de buscar neles meios para atuar. Contudo, essa influência não anulará a outra, de raiz positivista, segundo a qual grande parte do que concerne ao comportamento dos homens, individual e socialmente, pode ser *objeto* de conhecimento científico não distinto do que temos do mundo exterior ao homem. Assim, a ruptura epistemológica entre conhecimento científico e conhecimento ideológico sempre me pareceu clara. O enfoque da sociologia norte-americana facilitava o trânsito dos gran-

des esquemas teóricos para a problemática com a qual se tinha um contato direto, ademais de permitir liquidar o acervo de preconceitos de raça, clima e caterva que nos envolviam num fatalismo imobilizador.

Quando entrei na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, os estudos de ciências sociais estavam apenas em seus começos. Uma reforma recente, de inspiração francesa, introduzira esses estudos visando principalmente a formar professores para as escolas secundárias. A economia ainda não existia como curso universitário. O direito era o caminho para a atividade pública e, no meu caso, a tradição familiar. Contudo, os meus estudos, já no terceiro ano universitário, se afastaram do direito para a administração. No campo da administração, passei a interessar-me especificamente por problemas de organização. Tomei então contato com a moderna literatura norte-americana sobre organização, tanto no que respeita a atividades estatais como empresariais. Os meus primeiros estudos publicados, de caráter não literário, são no campo da organização, tanto aplicada como teórica. Fascinava-me refletir sobre a organização de um time de futebol *jogando*: que flexibilidade comporta a sua estrutura, ou seja, o conjunto das regras do jogo! Utilizei esse exemplo num estudo de teoria de organização. Minha primeira atividade ligada ao Estado foi como técnico-assistente de organização.

Os estudos de organização levaram-me a pensar em planejamento de um ângulo estritamente operacional. Nessa época, ainda não dispúnhamos de uma teoria das decisões nem percebíamos uma diferença clara entre um programa e uma estratégia. Daí a dificuldade de captar a natureza da direção na organização. Contudo, compreendia-se claramente que a racionalidade da direção dependia de um planejamento. Essa visão operacional do problema ampliou-se com a leitura do livro de Mannheim, *Man and Society in Age of Reconstruction*.

A partir desse momento, o planejamento foi para mim uma *técnica social* de importância muito maior, a qual permitia elevar o nível de racionalidade das decisões que comandam complexos processos sociais, evitando-se que surjam processos cumulativos e não reversíveis em direções indesejáveis. Fixou-se, assim, no meu espírito a ideia de que o homem *pode* atuar racionalmente sobre a história. Hoje me pergunto se não existe uma grande arrogância nessa atitude: imaginar que estamos preparados para *dar* um sentido à história.

É necessário colocar-se nessa época sombria da ascensão de governos ditoriais, de degradação da história, para compreender que, mais que arrogância, tratava-se de um desejo de salvação. A verdade é que essas reflexões — que fazia comigo mesmo, pois com o regime ditatorial que existia no Brasil o ambiente universitário se confinara ao extremo — tiveram para mim um efeito liberatório. A violência e a arbitrariedade desencadeadas pelo governo ditatorial se confundiam no meu espírito com o mundo absurdo de minha infância. A extrema angústia intelectual que sofri nessa época e que me levou a buscar na música e na literatura um refúgio quase obsessivo começou a dissipar-se quando cristalizou no meu espírito essa ideia de que o homem virá a ser dono de seu próprio destino numa sociedade cujas estruturas hajam sido concebidas com esse fim. Aqueles que alcançam esse ponto, isto é, que pensam que o homem pode conduzir a história, quase sempre já estão preparados para dar o passo seguinte, ou seja, pensar que ele *deve* fazê-lo. O problema que se coloca então é o de saber *como* fazê-lo. Que eu não haja dado uma resposta clara a esse último problema, deve-se quiçá a circunstâncias pessoais. Com efeito, vim para a Europa (como membro da Força Expedicionária Brasileira) no fim do governo ditatorial de Vargas e logo depois fiz uma segunda viagem, com o mesmo destino, para completar meus estudos universitários. Quase sem interrupção, se-

gui da Europa para as Nações Unidas, onde permaneceria cerca de dez anos. Quando voltei ao Brasil, livre de quaisquer compromissos, em 1958, as possibilidades de ação eram de tal forma amplas que o problema praticamente não se colocava. Pude então escolher a forma e o local para atuar, sem me hipotecar a qualquer organização política. Entretanto, existe em tudo isso mais que circunstâncias. A ideia de que o poder era fonte de corrupção e violência esteve sempre presente em meu espírito, quando de uma ou outra forma entrei em contato com políticos. Para vencer essa resistência, teria sido necessário iniciar a atividade política muito mais cedo. Ora, de meus dezesseste aos 25 anos o regime ditatorial impediu toda atividade política. Por outro lado, a ideia de atuar dentro de uma ideologia fechada me parecia intelectualmente esterilizante. Talvez haja sido esse temor da esterilização mental, particularmente de uma asfixia da imaginação, que me afastou de todo engajamento em partidos de filiação marxista. No Brasil, a tarefa de entender e explicar a realidade social estava muito atrasada para que se pensasse apenas em transformar essa realidade.

Assim como os estudos de organização me levaram ao planejamento, este me abriu a porta para a economia. A verdade é que somente nos dois últimos anos dos cinco que passei na Universidade do Brasil interessei-me por estudar economia, o que fiz por conta própria, sem qualquer supervisão. Tivera em anos anteriores dois cursos de economia que me haviam deixado a impressão de que esta era uma ciência menor, para gente sem imaginação. Dos malabarismos verbais com que o professor procurava transmitir a ideia de utilidade marginal (o último pedaço de pão, o último copo de água...) ficou-me uma vaga impressão de jogos de espírito pueris.

A partir do terceiro ano, afora meus estudos sistemáticos de organização, enriquecidos pela prática das técnicas derivadas dessa disciplina, ampliei minhas leituras no

campo da sociologia, principalmente da sociologia alemã: Max Weber, Tönnies, Hans Freyer, Simmel. Também nessa época tomei contato com Henri Pirenne, que será de importância definitiva para mim. São os trabalhos desse autor sobre a história medieval europeia, bem como os de Sombart, Sée e outros sobre as origens do capitalismo, e, finalmente, os de António Sérgio sobre a história portuguesa, que me permitirão ver a importância dos estudos de economia para melhor compreender a história. Dessa forma, cheguei ao estudo da economia por dois caminhos distintos: a história e a organização. Os dois enfoques levavam a uma visão global, a macroeconômica.

Quando finalmente comecei a estudar economia de modo sistemático, aos 26 anos, minha visão do mundo, no fundamental, estava definida. Dessa forma, a economia não chegaria a ser para mim mais que um instrumental, que me permitia, com maior eficácia, *tratar* problemas que me vinham da observação da história ou da vida dos homens em sociedade. Pouca influência teve na conformação do meu espírito. Nunca pude compreender a existência de um problema *estritamente econômico*. Por exemplo: a inflação nunca foi em meu espírito outra coisa que a manifestação de conflitos de certo tipo entre grupos sociais; uma empresa nunca foi outra coisa que a materialização do desejo de poder de um ou vários agentes sociais, em uma de suas múltiplas formas etc.

Se meus contatos com as ideias de Marx no plano da teoria da história foram definitivos, o mesmo não poderia dizer com respeito às suas ideias referentes à economia. Minha leitura de *O capital* ocorreu quando meus conhecimentos de economia clássica (na versão ricardiana) já eram avançados e quando a moderna macroeconomia (na versão keynesiana) já se havia imposto. Dessas leituras, ficaram-me, contudo, algumas ideias que se incorporarão definitivamente à minha forma de ver os processos econômicos. A primeira dessas ideias (reforça-

da pelas leituras de Schumpeter, feitas um pouco depois) é a da importância decisiva do progresso tecnológico. A outra é que os capitalistas tendem *compulsivamente* a acumular capital, ou seja, tentarão romper todos os obstáculos que se lhes opuserem nesse caminho. Essa ideia permitia afastar o mito do estado estacionário, implícito tanto nos esquemas clássicos como nos neoclássicos. Essas duas ideias tiveram no meu espírito uma evolução complexa, mas considero fundamental tê-las captado cedo, o que devo à minha leitura atenta de *O capital* nos tempos de estudante da Universidade de Paris.

A influência da obra de Keynes foi igualmente decisiva para mim. Compreendo que toda decisão econômica envolve o exercício de uma forma de poder — é algo que derivei das reflexões de Marx. A isso devo que a visão do mundo econômico como um conjunto de automatismos, marca do pensamento neoclássico, me haja sido totalmente estranha. Nada é tão esterilizante, para o economista que se interessa pelos problemas do subdesenvolvimento, quanto essa visão. Contudo, não basta a ideia de poder, tal qual o exerce compulsivamente o capitalista. O poder também deve existir como um sistema. E, na economia capitalista, os centros de decisão mais importantes desse sistema se situam no Estado. Essa ideia de que a economia capitalista não poderia operar sem um certo grau de centralização de decisões, ou seja, sem uma estrutura superior de poder (todo capitalismo é em certo grau um capitalismo de Estado), derivei-a da leitura de Keynes. Graças a ela, pude compreender muito cedo o fenômeno da dependência econômica em sua natureza estrutural.

Minhas atividades de economista se desdobraram em três fases. A primeira compreende os anos que passei na Cepal, que me permitiram um contato direto com os problemas do desenvolvimento na maior parte dos países latino-americanos. A segunda são os anos que dediquei ao Nordeste brasileiro, como planejador e executor da

política de desenvolvimento da região nos governos de Kubitschek, Quadros e Goulart. A terceira fase são os anos de vida universitária, primeiro nos Estados Unidos, e em seguida, e mais prolongadamente, em Paris. Essas atividades, no que respeita à pesquisa, se desenvolveram em torno de três temas: o fenômeno da expansão da economia capitalista, o da especificidade do subdesenvolvimento e o da formação histórica do Brasil vista do ângulo econômico. Em realidade, o ponto de partida e a preocupação permanente foi o processo brasileiro, objeto já de minha tese, preparada sob a direção do professor Maurice Byé na faculdade de direito da Universidade de Paris e defendida em 1948. Um ano depois da tese, a qual se limitara a estudar a fase açucareira da economia colonial brasileira, publiquei meu primeiro estudo analítico das transformações da economia brasileira no século XX. Nesse ensaio estão os germes do que seria, dez anos depois, meu *Formação econômica do Brasil*. O esforço para compreender o *atraso* brasileiro levou-me a pensar na *especificidade* do subdesenvolvimento. A ideia de que desenvolvimento e subdesenvolvimento são dois processos integrados, que se apresentam conjuntamente na evolução do capitalismo industrial, formulei-a em uma tese de aspirante a professor, apresentada na Universidade do Brasil em 1958. Convenci-me desde então de que o atual subdesenvolvimento é a resultante de um processo de dependência, e que para compreender esse fenômeno era necessário estudar a estrutura do sistema global: identificar as invariâncias no quadro de sua história. Mas o objetivo final era compreender as razões do *atraso* de um país que reunia as potencialidades do Brasil.

Muitas vezes me pergunto se o desejo insaciável de penetrar na realidade do próprio país não encobre outro desejo ainda mais fundamental: o de conhecer-se a si mesmo. Como superar as limitações do quadro psicológico pessoal sem penetrar nas condicionantes sociais e cultu-

rais? Até que ponto meu interesse pelo Nordeste decorre de uma simpatia profunda pelo mundo que mais conheço (o de minha infância e adolescência) ou reflete principalmente a consciência que tenho de que sou prisioneiro das estruturas sociais em que me formei, mesmo quando contra elas me revolto? Como desalienar-se sem haver alcançado a lucidez que nos permite ver através de todas essas estruturas, que são nosso segundo código genético? Quiçá essas razões confluam e se reforcem mutuamente. A verdade é que o desejo de compreender o meu próprio país absorveu a parte principal de minhas energias intelectuais no quarto de século transcorrido desde que escrevi minha tese sobre a economia colonial brasileira.

Porque no centro de minhas reflexões estavam problemas reais, a pesquisa econômica foi sempre para mim um meio de preparar a ação, minha ou de outros. Compreender melhor o mundo para agir sobre ele com mais eficácia. Isso significa que os fins últimos devem estar sempre presentes no espírito. As afinidades doutrinárias decorriam da concordância na escolha dos temas ou problemas que convinha abordar. As divergências sobre métodos não eram relevantes, pois a eficácia destes se comprova utilizando-os. Minhas divergências com os economistas neoclássicos vieram sempre de que os problemas que a eles interessavam me pareciam irrelevantes ou simplesmente falsos. Minhas divergências com os economistas marxistas vieram de que estes pretendiam abandonar a priori os instrumentos da economia neoclássica, mesmo quando obviamente não existiam outros para substitui-los.

Não há dúvida de que se nos colocamos num plano estritamente ideológico, a diferença entre fins e meios é em grande parte ilusória. Mas, se admitirmos que existe uma ciência social, dois planos de racionalidade se definem nitidamente. Limitar-se à racionalidade formal (concernente aos meios) é a vocação do tecnocrata. Mas

ignorar que essa racionalidade existe e que é independente dos juízos de valor com respeito aos fins é fechar a porta ao avanço de uma ciência social. Combater esta simplesmente porque pode ser eficaz nas mãos daqueles que têm como objetivo consolidar as estruturas sociais que não aprovamos é desconhecer que, para construir novas estruturas, ela não é menos indispensável.

O meu enfoque dos processos econômicos, no qual se combina uma visão histórica global com um corte sincrônico para o qual se utilizam todos os recursos da análise econômica, alcançou a forma que para mim passou a ser definitiva quando cristalizaram em meu espírito duas ideias: a de estrutura e a de centro de decisão. Os estudos paralelos que fiz de direito e de organização me permitiram perceber desde o início a diferença entre instituições e estruturas. Não que a importância dessa diferença me haja ocorrido na primeira fase universitária. Foram as reflexões sobre sistemas econômicos reais, que eu observava na prática, que me conduziram nessa direção, para a qual estava preparado. Graças a essa distinção pude me dar conta de que a mudança no quadro institucional podia ser irrelevante ou permanecer no plano formal. Por outro lado, também percebi que, em certas circunstâncias, se podia avançar em modificações estruturais sem prévias alterações no quadro institucional. Quando Marx admitiu implicitamente que as forças produtivas podiam desenvolver-se sem prévia modificação da “superestrutura” (para ele, essencialmente o complexo de instituições), estava fazendo uma constatação similar. Segundo ele, as modificações superestruturais viriam depois, por rupturas violentas. Ora, não se trata apenas de forças produtivas. Todas as estruturas podem modificar-se dentro de certo quadro institucional. Se essas modificações são *orientadas*, as transformações do quadro institucional virão subsequentemente, sem encontrar maiores resistências. Se apenas um segmento das

estruturas se modifica (a acumulação, por exemplo), é possível e mesmo provável que a adaptação institucional se faça de forma cataclísmica. Mas se ela afeta o conjunto das estruturas, o mais provável é que a adaptação institucional se faça sem maiores choques. Seria possível planejar essas modificações estruturais? Que condições se requerem para isso? Foi esse enfoque que me encorajou a aceitar as responsabilidades de direção da política econômica no Nordeste brasileiro, região onde o acúmulo de problemas econômicos e sociais supera o que se possa imaginar.

Graças à ideia de centro de decisão, pude escapar do ilusionismo dos *mecanismos* econômicos, os quais impedem muitos economistas de integrar os processos econômicos nos conjuntos sociais reais. Quem *decide* atua em função de objetivos e exerce alguma forma de poder. Ver os processos econômicos como cadeias de decisões, e estas como estruturas de poder, é afastar-se dos conceitos de mecanismo e equilíbrio, que são a essência de todo o enfoque neoclássico. Antes de estudar economia, eu já sabia que não existe organização sem coordenação e controle, e que para que se efetivem a coordenação e o controle é indispensável que existam centros diretores capazes de definir objetivos. Ora, por uma simples economia de esforço, todo centro de decisão tende a aprofundar o seu horizonte temporal, isto é, a planejar a sua ação. Desse forma, quando se observa a economia como uma organização, a ideia de planejamento como técnica destinada a elevar a eficiência dos centros de decisão surge naturalmente. Por último, quem diz planejamento diz objetivos explícitos ou implícitos. Assim, cai por terra o mito do *laissez-faire*, o qual nas economias subdesenvolvidas tem servido para sancionar e consolidar a dependência.

As circunstâncias que modificaram o curso de minha vida em 1964, quando um golpe militar no Brasil privou-me de direitos políticos e praticamente impediu-me de

continuar a trabalhar para a minha região e meu país, somente em parte são responsáveis pela decisão que tomei de dedicar-me inteiramente à vida acadêmica. A participação indireta e direta que durante quinze anos tive na formulação de políticas — como assessor técnico das Nações Unidas e como administrador e membro do governo em meu país — convenceu-me de que nossa debilidade maior está na pobreza de formulações teóricas e de ideias operacionais. A esse vazio se deve que a atividade política tenda a organizar-se em torno de esquemas importados os mais disparatados. Como todo esforço de globalização é particularmente difícil a partir da perspectiva que se tem num subsistema dependente, a linha de menor resistência do mimetismo ideológico tende facilmente a prevalecer. A inexistência de instituições culturais capazes de abrigar núcleos significativos de pesquisadores sociais e as bruscas interrupções que no trabalho destes provocam as ditaduras, intermitentes em muitos países, contribuem igualmente para o lento avanço, na América Latina, de uma consciência crítica. Uma solução para esse problema, ainda que de alcance limitado, pode encontrar-se na mobilização de meios fora da região. Paris constitui, a esse respeito, um centro privilegiado, pois atrai um número crescente de estudantes latino-americanos de pós-graduação, os quais ganham distância com respeito aos seus próprios países e adquirem uma visão mais equilibrada com respeito ao conjunto da região. Por outro lado, o ambiente é mais propício ao debate e ao intercâmbio de ideias com não latino-americanos do que o que pude observar nas universidades dos Estados Unidos.

Paralelamente às tarefas de professor, continuo empenhado em decifrar os enigmas do subdesenvolvimento, oferecendo ocasionalmente hipóteses novas que desejo que estimulem outros a levar mais longe o esforço de reflexão e invenção. Nesses anos em que leciono em Pa-

ris, preparei um livro de teoria do desenvolvimento, dois sobre a América Latina e dois sobre o Brasil. Não foi um esforço estéril, pois mais de 400 mil exemplares de meus livros já foram comprados por latino-americanos. Ainda que esse dado nenhum valor tenha em si mesmo, constitui uma indicação de que não me equivoquei quando formulei a hipótese inicial de que existe uma enorme fome de ideias na região.

Se tivesse de, em poucas linhas, traçar o retrato típico do intelectual nos nossos países subdesenvolvidos, diria que ele reúne em si 90% de malabarista e 10% de santo. Assim, a probabilidade de que se corrompa, quando já não nasce sem caráter, é de nove em dez. Se escapa à regra, será implacavelmente perseguido e, por isso mesmo, uma viravolta inesperada dos acontecimentos poderá transformá-lo em herói nacional. Se persiste em não corromper-se, daí para a fogueira a distância é infinitesimal. De resto, por maior que seja a sua arrogância, nunca entenderá o que lhe terá ocorrido.